Cadernos Macambira
V. 6, Nº 1, 2021. Página ***158*** *de* ***369. ISSN 2525-6580***
Anais **IV Seminário Diversidade e Respeito às Diferenças – IV SEDIRD e I Encontro do Grupo de Pesquisa em Educação Especial na perspectiva da Inclusão Escolar**. 06 a 08 de outubro de 2020. Serrinha, BA, Laboratório de Políticas Públicas, Ruralidades e Desenvolvimento Territorial – LaPPRuDes.
http://revista.lapprudes.net/

Eixo 6: Educação Formal e Informal de Estudantes com Transtorno do Espectro Autista

O PAPEL DO MEDIADOR ESCOLAR: QUALIFICAR A MEDIAÇÃO PARA QUALIFICAR A INCLUSÃO

Raquel Fontes de Aquino Mariano Silva Araújo*- Universidade Federal de Santa Maria (UFSM)

Silvana Matos Uhmann - Universidade Federal de Santa Maria (UFSM)

*Autora correspondente: raquelfamsa98@gmail.com

RESUMO: O presente trabalho tem como objetivo refletir sobre a importância do papel do mediador escolar diante da Educação Inclusiva, tendo como ferramenta de pesquisa a experiência de mediação frente a um aluno com Transtorno do Espectro Autista (TEA) no período de alfabetização. Trata-se de um tema de extrema importância uma vez que a inclusão desses alunos ainda é uma temática muitas vezes conflituosa na escola e, dentre os motivos estão a falta de recursos, formação de professores muitas vezes insuficiente, a dificuldade em desenvolver atividades pedagógicas significativas, rede de apoio para/na escola. Nesse contexto, o recurso do mediador mostra-se muito interessante de ser abordado, pois pesquisas apontam que há ainda dúvidas sobre sua função e atribuições. A fim de entender mais sobre o assunto, e sobretudo, perceber a relação da mediação com a inclusão de alunos com TEA, metodologicamente essa pesquisa estruturou-se numa perspectiva qualitativa de Relato de Experiência realizada no Ensino Fundamental de uma escola privada do município de Angra dos Reis/RJ, a qual envolveu a interação de uma monitora e aluno com TEA em diferentes momentos de interação, bem como impulsionou o seguinte questionamento: qual a importância do mediador no processo de aprendizagem, desenvolvimento e inclusão de um aluno com TEA? No intuito de responder esta questão, foram desenvolvidos três momentos: a) estudos de referenciais teóricos sobre a temática da inclusão do aluno com TEA e mediação escolar; b) problematização da mediação com relação à aprendizagem e desenvolvimento do aluno sobre alfabetização e sua inclusão na escola como um todo, tendo como foco escritas em Diário de Campo por parte da mediadora sobre as vivências pedagógicas realizadas num período de três anos; c) reflexões de como o mediador pode auxiliar no processo de inclusão do aluno com TEA mesmo sem ser a ele exigida formação específica. Para tanto, buscou-se realizar análise dos dados da pesquisa na perspectiva de Bardin (2011) ao elencar pontos importantes da serem problematizados. Neste sentido os resultados permitiram perceber como o mediador tem a possibilidade de influenciar e ter papel decisivo não apenas no processo de alfabetização através de intervenções pedagógicas significativas, mas no processo de inclusão como um todo, frente aos demais colegas, professores, estratégias e diferentes espaços escolares. Os registros em Diário de Campo possibilitaram perceber a atuação ativa da mediadora (em conjunto com a professora), bem como a contribuição dessa atuação para o avanço pedagógico do aluno com TEA desde aspectos comportamentais até aos conhecimentos escolares – fato que pode ser comparado com sua aprendizagem e desenvolvimento anteriormente muito restritas. Ou seja, mesmo compreendendo que a abordagem pedagógica não é sua função definida, defendemos que em meio a uma formação adequada o mediador pode contribuir (o que é extremamente válido) com o processo de aprendizagem, desenvolvimento e inclusão desses alunos, sendo possibilitado por meio das parcerias estabelecidas entre esse profissional, o professor da sala de aula, terapias que o aluno frequenta, a família. Uma vez entendendo que a inclusão desses alunos ainda busca encontrar os melhores caminhos e estratégias, o recurso do mediador para além das questões de cuidado e locomoção podem ser considerados de grande valia para chegarmos cada vez mais perto de uma escola realmente inclusiva para todos – sendo necessário maior reconhecimento e valorização de sua função.

Palavras-chaves: Mediação. Transtorno do Espectro Autista (TEA). Inclusão.

INTRODUÇÃO

Diante da responsabilidade da escola em promover um ambiente não só acolhedor como inclusivo (não apenas de acesso, mas de permanência), se faz de extrema importância o conhecimento do mediador escolar e suas possíveis contribuições para a Educação Inclusiva, visto que muitas pesquisas apontam que há um despreparo de muitas instituições educacionais com questões relacionadas à inclusão e, dentre elas, por exemplo, um despreparo por parte daqueles que desempenham a função do mediador (MOUSINHO, 2010) – muitas vezes por falta de conhecimento, formação e/ou reconhecimento.

É neste sentido que este trabalho – oriundo de um Trabalho de Conclusão de Curso em Pedagogia – tem como objetivo refletir sobre a importância do papel do mediador, problematizando a capacitação desses profissionais que atuam ou pretendem atuar na área da mediação escolar. Para tanto, temos como ferramenta de pesquisa a experiência de mediação (de uma das autoras) frente a um aluno com Transtorno do Espectro Autista (TEA) no período de alfabetização em uma turma do 2º ano do Ensino Médio de uma escola da rede privada do município de Angra dos Reis/RJ, por um período de mês. A alfabetização é interesse pois, afirma Serra (2018, p.24):

> Especificamente no caso dos alunos com autismo, o argumento da alfabetização natural diminui potencialmente a probabilidade, uma vez que há falha em condições essenciais para apropriar-se da cultura já estabelecida: a dificuldade na interação social e na flexibilidade comportamental e intelectual. Como, então, esperar que um aluno com autismo se alfabetize naturalmente pelo contato com a cultura, se um dos seus principais déficits está na interação social e na aquisição das habilidades sociais? Somente pela imitação? Dessa forma, o conduziríamos à memorização infrutífera. Se o cenário do insucesso na educação de alunos neurotípicos é tão nítido, pensemos agora como é a situação quando um aluno tem necessidades educacionais especiais e, mais especificamente, que é o objetivo do nosso trabalho, o TEA.

Para tanto, temos o seguinte questionamento: qual a importância do mediador no processo de aprendizagem, desenvolvimento e inclusão de um aluno com TEA? No intuito de responder esta questão, foram desenvolvidos três momentos: a) estudos de referenciais teóricos sobre a temática da inclusão do aluno com TEA e mediação escolar; b) problematização da mediação com relação à aprendizagem e desenvolvimento do aluno sobre alfabetização tendo como foco escritas em Diário de Campo sobre as vivências pedagógicas realizadas para essa pesquisa num período de três anos; c) reflexões de como o mediador pode auxiliar no processo de inclusão do aluno com TEA mesmo sem ser a ele exigida formação específica.

Pensando nisto, por meio de um relato de experiência, voltou-se para escritas em Diário de Campo de vivências entre aluno com TEA – nomeado de forma fictícia como Igor – e sua mediadora (uma das autoras), suscitadas num período de três anos e contendo experiências pedagógicas consideradas importantes pela mediadora frente a esse aluno. Após, buscou-se analisá-las na perspectiva de Bardin (2011) ao elencar pontos relevantes da serem problematizados. O que se segue são reflexões sobre a importante abordagem da inclusão escolar e, após, relacionada à mediação escolar, refletindo sobre suas funções e contribuições para tal.

CONTEXTUALIZAÇÃO: a escola frente à inclusão

Durante um longo período, o acesso a ambientes escolares era um privilégio de poucos. Pessoas de baixa renda, negras, homossexuais, pessoas com deficiência, são exemplos de grupos que eram marginalizados. Deste modo, pessoas com deficiência, que eram consideradas incapazes ou improdutivas e, por isso, também não tinham acesso a escolarização, nem se quer eram estimuladas. Período este denominado por segregação, pois além da falta de acesso a ambientes escolares, existia socialmente um preconceito e uma crença de que pessoas com deficiência, principalmente as que apresentavam prejuízos em seu comportamento e comunicação, eram vistas como perigosas, e um risco para a sociedade. É possível afirmar que esta visão possui uma construção histórica desde a Idade Média, onde eram percebidas como monstros ou estavam possuídas por demônios – por estes motivos muitos eram perseguidos e executados. Assim:

> Na Idade Média, a sociedade, dominada pela religião e pelo divino, considerava que a deficiência decorria da intervenção de forças demoníacas e, nesse sentido, "muitos seres humanos física e mentalmente diferentes – e por isso associados à imagem do diabo e a actos de feitiçaria e bruxaria – foram vítimas de perseguições, julgamentos e execuções" (Correia, 1997: 13). Na verdade, "a religião, com toda a sua força cultural, ao colocar o homem como 'imagem e semelhança de Deus', ser perfeito, inculcava a ideia da condição humana como incluindo perfeição física e mental" (MAZZOTTA, 1986: 16).

Nesta perspectiva histórica surgem então os manicômios, ou hospícios, onde estas pessoas eram excluídas do convívio social. Instituições estas que tinham um papel segregador, porém visto com um caráter assistencialista. No entanto, estas instituições eram construídas distantes da sociedade, tendo como objetivo a privação da liberdade destes indivíduos. Fato é que, muitas instituições, tratavam destes pacientes com desprezo e descuido, muitos eram maltratados e negligenciados. Além disto, estes espaços eram caraterizados como depósitos, segundo Silva (2009):

> Ao longo do século XIX e da primeira metade do século XX, os deficientes foram, assim, inseridos em instituições de cariz marcadamente assistencialista. O clima social era propício à criação de instituições cada vez maiores, construídas longe das povoações, onde

> as pessoas deficientes, afastadas da família e dos vizinhos, permaneciam incomunicáveis e privadas de liberdade.

Isto se perdurou durante muitos anos, tal falto marcou nossa sociedade. Nesta época surgem expressões como débil, incapazes para se referir a pessoas com Deficiência Mental ou com algum tipo de prejuízo em seu comportamento. Além disto há vários relatos de famílias que escondem essas pessoas em cômodos de suas casas, impedindo qualquer contato com vizinhos, o outros que não façam parte do seu núcleo família. Fato é que posturas como essa se originam de viés histórico muito ruidoso e ainda latente em nossa sociedade, onde famílias, comunidades escolares, e até mesmo profissionais capacitados encaram estes indivíduos de modo que ele não venha a se desenvolver, desacreditados de suas capacidades e potencialidades.

No entanto, com o decorrer dos anos, surge um novo período, o de integração. Onde se fez necessário pensar em possibilidades de escolarização para pessoas com necessidades especiais que até então estavam sendo marginalizadas. No entanto, a alternativa encontrada não foi de inclui-los a classes regulares, e sim oferecê-los classes especiais. Com isto, este aluno deveria então se adequar a realidade oferecida pela escola, não o contrário. O que se tornou ainda alternativa insuficiente, como cita o Programa de Capacitação de Recursos Humanos do Ensino Fundamental- Educação Especial (BRASIL, 1998, p.55): “A integração social não só era insuficiente para acabar com a discriminação que havia contra esse seguimento populacional, mas também era muito pouco para propiciar a verdadeira participação plena com igualdade de oportunidades”.

Com isto, A Conferência Mundial sobre Necessidades Educativas Especiais: Acesso e Qualidade, que ocorreu na Espanha em 1994 gerando a Declaração de Salamanca, visava, no entanto, inclusão. Esta conferência reuniu diversos profissionais que juntos pensaram em diretrizes para proporcionar políticas que favoreçam alunos com necessidades educacionais especiais, além de pensar num processo de ensino e aprendizagem para estes alunos com qualidade, num ambiente onde todos os indivíduos possam aprender juntos, para isto a escola deveria estar atenta as questões específicas de cada aluno, neste sentindo passasse a pensar em um currículo adaptado acompanhando o ritmo de cada aluno, além possibilitar que repensem em estratégias de melhorias seja na estrutura da escola, ou no currículo. Neste sentido, a Declaração (UNESCO, 1994, p.6) defende que:

> (...) a escola regular deve ajustar-se a todas as crianças independentemente das suas condições físicas, sociais, linguísticas ou outras, isto é, crianças com deficiência ou sobredotadas, crianças de rua ou crianças que trabalham, crianças de populações imigradas ou nómadas, crianças pertencentes a minorias linguísticas, étnicas ou culturais e crianças de áreas ou grupos desfavorecidos ou marginais.

De fato, a Declaração de Salamanca, tem como objetivo a inclusão, os profissionais que a realizaram visavam a melhor maneira de incluir pessoas com necessidades especiais (termo aqui utilizado) em ambientes inclusivos e não segregadores ou de integração, porém para que isto ocorresse enormes demandas deveriam ser sanadas. Além disto é possível afirmar que ainda estamos neste processo até hoje. Passados alguns anos desde que estes profissionais se reuniram para desenvolver propostas inclusivas, e ainda cometemos erros cruciais. Este

documento contribui não apenas para uma perspectiva da Educação Especial, mas todos os alunos, principalmente no sentido de considerar e valorizar a potencialidade de cada indivíduo, respeitando sua individualidade e suas capacidades, a fim de proporcionar uma escola facilitadora, e parceira. Além disto, abriu a oportunidade de se a pensar em Políticas Públicas que garantem o acesso e a permanência destes alunos as escolas regulares, bem como ao acesso de um ensino de qualidade.

Outro ponto que é importante por em questão, é que o processo de inclusão não está dado, ou pronto, nem mesmo segue um padrão. Pois cada indivíduo é único, e não é diferente no caso de pessoas com alguma deficiência. Portanto, faz-se necessário passar por diversas reflexões da esquipe escolar, sempre contanto com o apoio familiar, pois de fato, a inclusão não se faz sozinho. Apesar de não ser simples ou fácil, precisamos considerar todas as diferenças e especificidades, pois cada indivíduo dentro ou fora do contexto escolar tem suas demandas, de fato incluir é trabalhoso, porém necessário. Vale ressaltar que, considerando todos os fatos aqui registrados, a inclusão não depende somente de uma garantia política, há uma grande necessidade que a sociedade como um todo passe por uma desconstrução de preconceitos já estabelecidos historicamente, como falado anteriormente, e que geram conflitos até hoje.

No entanto, para além de contextos sociais, as demandas econômicas afetam de maneira importantíssima o processo da inclusão, o que se faz necessário uma reformulação profunda em todo o sistema de ensino. Este processo é gradativo, e precisa ser pensado e planejado. Com isto uma das leis mais recentes referente à inclusão, é Lei Brasileira de Inclusão, vigorada em dos 2016, que gerou transformações importantes e necessárias e tem como objetivo assegurar direitos de pessoas com deficiência em várias instâncias, bem como na educação, está também a garantia de uma educação de qualidade à pessoa com deficiência, além de multa e reclusão ao gestor que impossibilitar o acesso deste estudante em qualquer instituição de ensino, como está no previsto na Lei Brasileira de Inclusão (BRASIL, 2015, p.31): “vedada a cobrança de valores adicionais de qualquer natureza em suas mensalidades, anuidades e matrículas no cumprimento dessas determinações”.

Neste sentido, se enquadra também as escolas privadas que exigem um valor maior do que a mensalidade para garantir o acesso desta criança, ou quando existe a necessidade de mediação exigem que este custo seja disponibilizado pelos pais, pensando nisto o segundo tópico tem a intencionalidade de refletir alguns aspectos da mediação escolar, desde as leis que a garantem, como também o papel deste profissional.

REFLEXÕES ACERCA DA MEDIAÇÃO ESCOLAR

O mediador escolar, monitor ou profissional de apoio escolar, surgiu a partir das discussões e ações para a promoção da inclusão, que visa, por sua vez, garantir a ampliação de alunos com deficiência na rede pública ou privada de ensino regular. No entanto, as escolas não estavam, ou ainda não estão preparadas para receber todos alunos, e necessitam de uma adequação em seus recursos, como também em sua estrutura (CARVALHO, 2005; OLIVEIRA, 2009). Neste momento, passa a surgir a necessidade um profissional para o atendimento mais individualizado deste público, principalmente em sala de aula e, tendo como objetivo, ser

apoiador deste aluno. Surge a necessidade de se pensar e propor problematizações sobre o apoio do mediador escolar.

Um dos primeiros pontos a ser discutido no aspecto da mediação escolar diz respeito ao fato do que ainda pouco é discutido: a formação deste profissional. A legislação deixa uma abertura muito grande neste sentido, o que faz com que muitos concursos ao abrirem vagas para esta área fiquem em dúvida com relação a muitos pontos a serem exigidos em sua formação e, ao final, acabam por exigir muitas vezes por apenas o ensino fundamental completo. Isto se estabelece no inciso XIII do Art. 3° da Lei n° 13.146/2015, onde diz o que seria esse atendimento e sua função:

> XIII - profissional de apoio escolar: pessoa que exerce atividades de alimentação, higiene e locomoção do estudante com deficiência e atua em todas as atividades escolares nas quais se fizer necessária, em todos os níveis e modalidades de ensino, em instituições públicas e privadas, excluídas as técnicas ou os procedimentos identificados com profissões legalmente estabelecidas;

De fato, precisamos repensar sobre a formação deste profissional, tendo em vista que ele não prestará apenas para as necessidades de higiene, alimentação e locomoção, mas, muitas vezes na prática, por estar dia a dia próximo do aluno, também tem a possibilidade de desempenhar papel importante nas atividades escolares. Contudo, como pode atuar neste aspecto sem uma formação que o auxilie para isto? Além disto, a função de mediador ainda não é reconhecida como uma profissão segundo ponto de vista legal – o que não é consenso – impedindo o vínculo de emprego, reconhecida apenas como uma modalidade de trabalho, como base o disposto no Decreto 8.368/14, que veio regulamentar a Lei 12.764/12.

Outro ponto, diz respeito a contratação deste profissional, que deve ser promovida pela escola e não pelos pais. Fato é que, muito recorrente os pais arcarem com o custeio da mediação, principalmente em instituições privadas. Seguindo as ideias de Renata Mousinho (2010): Cabe pontuar que, na maior parte das vezes, ao menos em escolas privadas, este profissional tem sido pago pelos pais do aluno, ou seja, estagiários têm sido eventualmente utilizados na rede pública.

Levando isto em conta, é possível refletir sobre o papel do mediador dentro das instituições, tendo em vista a importância deste profissional como agente fundamental para também proporcionar a inclusão destes alunos. Além de ter a possibilidade de proporcionar pontes para melhor relação deste aluno entre colegas de classe, professores e outros profissionais da escola, auxiliar no comportamento, na comunicação e até mesmo nas atividades pedagógicas, podendo participar junto do professor na elaboração destas atividades, como na construção de Adaptações Curriculares, Planos Educacionais Individualizados (PEI) pois muitos desses envolvem as ações desenvolvidas pelo mediador. Por isto, é necessário ressaltar novamente a importância de uma formação prévia deste profissional, tendo em vista conhecer principalmente as necessidades específicas do aluno a ser atendido. Boa parte das vezes, estes profissionais muitas vezes nem conhecem determinados tipos de deficiência e suas características, o que dificulta muito o processo de ensino e aprendizagem destes alunos. Para Silva e Maciel (2011) reconhecem que esse profissional de apoio também é um auxílio para os professores, pois é ele quem acompanha

diretamente o aluno público-alvo da Educação Especial e pode dar contribuições ao professor sobre o desenvolvimento do aluno.

Mediadores podem atuar em diferentes casos, acontecendo de acordo com as necessidades de cada aluno. Por isto existe a necessidade de conhecer previamente especificidades de tipos de deficiência, afim de possibilitar a melhor inclusão destes alunos, isto deveria ocorrer no processo de formação do mediador, pois este pode atuar com diferentes deficiências, como deficiência física, sendo na maioria das vezes necessário ajuda no deslocamento deste aluno, ou auxilio físico na realização de atividades; quando o aluno tem baixa visão pode auxiliar na leitura e na transcrição de texto; quando apresentam Transtorno do Espectro Autista, o mediador pode auxiliar no comportamento, estereotipias e compreensão dos conteúdos.

Schreiber (2012, p. 91) destaca que, na sua origem, ao mediador "não é proposto com o intuito de auxiliar o professor regente da classe comum [...] já que as funções delegadas ao professor envolvem o ensino de elementos importantes para o desenvolvimento pessoal e acadêmico dos alunos". Contudo, é preciso refletir que para além de aspectos físicos, ou seja, levar o aluno ao banheiro, ou auxiliar no deslocamento, esse profissional tem contato direto com este aluno, e tem papel fundamental no processo escolar, porém, sem a uma formação adequada, que dê suporte para o melhor atendimento destes torna-se um trabalho sem profundidade, e por vezes, ao invés de proporcionar a inclusão, reforça a ideia da exclusão – pois, torna-se possível que ao invés de criar pontes, estes alunos tonem-se dependentes somente do mediador, e não faça conexão com os demais a sua volta. Inclusive, também é importante, além da formação, o contato direto com os profissionais que atendem estes alunos, seja psicólogo, terapeutas ocupacionais, psicopedagogos etc. Levando isto em conta, é possível orientações especificas para áreas de demandas deste aluno, possibilitando a melhor forma de atuação.

Além disto, vale reforçar importância da parceria entre professor e mediador, ambos precisam estar em constante troca para que não haja diferentes estratégias no que diz respeito ao processo de inclusão. Tendo em vista também a ponte que pode se estabelecer entre professor, aluno e turma. Neste sentido e, a fim de problematizar os pontos aqui abordados sobre esse assunto, a seguir apresentamos um recorte específico sobre registros de momentos de mediação com um aluno com Transtorno do Espectro Autista (TEA) em seu processo de alfabetização, buscando fazer relação com o papel importante do mediador no processo de ensino e aprendizagem. Para isso, destacamos: *a) Perspectiva pessoal como mediadora; b) Perfil do aluno; c) Mediadora e Igor no processo de alfabetização.*

DESCRIÇÃO DA EXPERIÊNCIA: momentos de mediação com Igor

a) Perspectiva pessoal como mediadora

Minha trajetória como mediadora iniciou em 2016 e todo o processo ocorreu de maneira muito informal. Eu estava no auge dos meus dezoito anos e havia começado o curso de pedagogia (mais precisamente cursava o terceiro período). Tudo que eu esperava era um emprego de meio período, a fim de conciliar com a faculdade.

Certo dia conversando com uma amiga que trabalhava há anos em uma escola, ela começou a relatar sua insatisfação e cansaço com o trabalho pedagógico, pois fazia tempo que não estava na posição de regente de uma turma, mas sim "apenas como monitora de um aluno especial" que a exigia muito trabalho, estando ela exausta – por -este motivo deixaria seu cargo, relatou também que gostaria urgentemente de uma indicação para dar aos pais desse aluno de uma nova mediadora, pois eram eles que custeavam este gasto (na rede particular), logo me dispus sem pestanejar. Pouco tempo os pais deste aluno entraram em contato comigo e solicitaram que eu o acompanhasse no final do semestre de 2015 enquanto ainda estava sendo acompanhado desta mediadora. O aluno cursava o "Pré três" e assim foi possível que eu pudesse conhecê-lo e passasse a entender um pouco de como era seu dia a dia na escola. Além disso, passei a acompanha-lo nas terapias durante as manhãs.

Quando vi o aluno pela primeira vez, "me apaixonei logo de cara". Igor era um menino de feição simpática e de extrema fofura, tinha apenas cinco anos, porém ainda não falava e tinha uma comunicação muito restrita, isto em decorrência ao TEA (Transtorno do Espectro Autista). A primeira cena que vi quando comecei a acompanha-lo, foi em um dia de chuva, ele estava solto se lambuzando de lama quando questionei sua mediadora se o deixaria lá, ela me olhou com semblante de cansaço e respondendo que "sim". Fato era que todo naquele contexto estava desorganizado, e precisava de ajustes e orientação dos profissionais adequados.

No ano seguinte, iniciei em sala de aula, agora já no primeiro ano do fundamental, estava cheia de expectativas com a tão "falada" alfabetização, apesar de não ter bagagem nenhuma para alfabetizar alguém e nem se quer havia cursado ou visto alguma palestra sobre mediação escola. No entanto eu me "entreguei ao processo", me jogava no chão, pulava, rolava, produzia muita atividade e apesar de não saber muito, sempre que podia pesquisava, pedia ajuda a todos os profissionais em que participava das terapias, e todos eles eram solícitos e me auxiliavam no que era necessário. Porém, sentia sempre um distanciamento da escola para com esse aluno, em muitas situações eles se ausentavam, a sensação sempre era de que éramos apenas eu e ele, e mais ninguém dentro daquele espaço.

Confesso que o início foi muito conflituoso, depois de meses trabalhando e hoje com quase três anos o acompanhando, percebi com um tempo que o corpo pedagógico não estava preparado para receber Igor, ou as demais crianças público-alvo da Educação Especial (além do TEA, alunos com deficiência – física, intelectual, visual, auditiva/surdez e múltipla – e Altas Habilidades e/ou Superdotação). Porém descobri uma ferramenta segura e útil que me nortearam nestes três anos mediando, que foi a de estabelecer parcerias, seja entre as terapias do aluno e entre mim e as professoras que o acompanhavam, o que deu muito certo, os resultados foram notórios. Tive possibilidade de criar pontes com a direção, todos os conceitos/estratégias que aos poucos aprendia na faculdade eu os levava para que pudessem aproveitá-los.

b) Perfil do aluno

Atualmente, Igor é um menino de oito anos e está no terceiro ano do "ensino fundamental 1". Igor é um menino de pele branca, de olho e cabelo castanho escuro, e está sobre peso. Apresenta-se muito afetuoso com os colegas e os profissionais que o rodeiam, além disso, adora brincar, correr e ama cosquinha. Por volta de três anos e meio Igor foi

diagnosticado com Transtorno do Espectro Autista (TEA), após a escola sinalizar alguns comportamentos que estavam em desacordo com sua faixa etária. Seus pais relatam que o momento de luto foi à parte mais difícil, no entanto, reuniram forças e logo o encaminharam para todas as terapias possíveis, como: fonoaudiólogo, terapia ocupacional, psicólogo, entre outros.

Igor ainda apresenta uma linguagem verbal restrita para sua idade, mas que a cada dia está evoluindo, além de balbuciar algumas palavras, já verbaliza algumas como: "DÁ" quando quer solicitar algo ou alguém, além de falar "MAMÃE" e "TIA". O que já é um ganho gigantesco e que não ocorreu da "noite para o dia", foi necessário muito trabalho e persistência. Além disto, Igor tem uma ótima compreensão do que falamos com ele, está sempre atento e costuma atender sem dificuldade comandos simples. É preciso registrar também que Igor apresenta comportamentos inadequados, estes muitas vezes ocorrem quando ele está sendo contrariado ou não consegue se fazer entender, nestes momentos se joga no chão, grita, por vezes empurrava quem estivesse por perto e o percebemos em um quadro de estereotipia.

Tais comprometiam seu rendimento escolar, principalmente quando se negava a estar dentro da sala de aula. Durante a educação infantil, costumava passar o dia passeando ou no parque, e nem sempre realizava as atividades pedagógicas do dia, por vezes "fugia" da sala, esse comportamento precisava ser modulado, foi quando se notou a necessidade de que Igor tivesse um mediador, porque além de todas as questões comportamentais, Igor não tinha autonomia para realizar tarefas como: ir ao banheiro só, se comunicar, e se alimentar. Como já foi dito, sua primeira mediadora permaneceu com ele durante dois anos (no pré 2 e no pré 3).

Quando começamos o ano letivo juntos, no ensino fundamental percebi que Igor estava completamente desorganizado com sua rotina e isto era evidente e compreensível, pois muitas mudanças haviam ocorrido. Era uma nova sala de aula, uma nova professora e mediadora, um horário completamente diferente, além disto, o ambiente era outro, pois a escola se divide em duas: um lado educação infantil onde tem um parquinho, balanços e um gramado, do outro lado ensino fundamental onde tem uma quadra de esportes, campo, cantina, duas realidades completamente diferentes. Fato é que as havia muitas novidades e era necessária muita paciência para que ele absorvesse todo aquele novo processo. Porém, os dias foram passando, e o primeiro ganho foi o vínculo que estabelecemos juntos, Igor passou a compreender que eu estava ali para ser sua ponte e apoio, e para ajudá-lo sempre que necessário.

Fato é que este vínculo continua sendo construído até hoje, e são evidentes as conquistas que juntos obtivemos até aqui. Igor sempre esteve disposto a aprender, sempre se apresentou muito solicito e até mesmo curioso com os conteúdos, principalmente quando estes se relacionavam com sua realidade ou coisas de seu interesse – como desenhos, objetos e outros. Diante desta afirmativa, irei relatar algumas estratégias e atividades que obtivemos respostas positivas – no período de três anos – a fim de afirmar a importância da mediação neste processo.

c) Mediadora e Igor no processo de alfabetização

A primeira estratégia diz respeito ao comportamento de Igor e sua impermanência em sala de aula, pois era é fator essencial, inclusive antecessor a qualquer conhecimento escolar pois primeiro precisamos que ele acompanhe a participe efetivamente da realidade de sua turma. Podemos perceber que o comportamento de estar fora de sala se dava pelo fato de ficar por muito tempo ocioso e isto resultava em tédio, deste modo desejava "fugir" da sala. Fato é que as atividades destinadas ao aluno eram em "folhinhas", com propostas de pintar no limite, colar, e coisas do tipo. Pensando nisto, junto de sua professora, solicitei que a escola providenciasse atividades um pouco mais lúdicas, como quebra-cabeça, massinha, jogos de encaixe, além disto, produzi também diversas atividades e buscava sempre associa-las aos conteúdos propostos. Tivemos um bom resultado, pois percebíamos que seu interesse pela aula e pelas atividades crescia a cada dia, bem como sua permanência em sala também. Neste sentido, posso afirmar que obtivemos conquistas, porém notamos que em momentos específicos, Igor não conseguia compreender algumas regras estabelecidas, principalmente relacionadas ao horário de recreio e participação no hino nacional, nas segundas-feiras.

Com relação ao recreio Igor agia da seguinte maneira: seu recreio iniciava 15 horas e terminava as 15 horas e 30 minutos. Igor queria permanecer no recreio até depois de seu horário, voltando para sala somente depois das 16horas, quando não queria ir direto para o parque e retornar a sala apenas quando o sinal batia para retornar para casa – caso contrariado, apresentava baixa tolerância à frustração, por vezes se jogando no chão e gritando. Com isso, retornávamos para o primeiro "problema" relacionado a impermanência em sala. Sua professora e eu recorremos a sua psicóloga, que nos orientou a agir da seguinte forma: todos os dias, antes de sair para o recreio, conversássemos com Igor sobre seu horário, e que ele iria permanecer no recreio apenas dez minutos e, seu tempo aumentaria, conforme seu comportamento se apresentasse positivo e respeitasse o tempo estabelecido para estar no recreio. Como dito anteriormente, apesar de Igor não ter uma linguagem verbal, ele compreendia muito bem o que falávamos. E assim fizemos, confesso que a primeira semana foi recheada de muita inconstância, pois com apenas dez minutos precisava conduzi-lo novamente para sala. Muitos não compreenderam tal procedimento, isso só foi possível nas semanas seguintes, quando pude deixa-lo 15, 20, e 25 minutos, até chegar ao ponto de o sinal bater e ele retornar para sala sem que eu precisasse chamá-lo.

Este mesmo procedimento fizemos com relação ao Hino Nacional nas segundas-feiras, Igor não gostava de participar do Hino, pois queria chegar na escola e ir direto para sua sala, muitas vezes me puxava e se recusava a estar em fila, gritava e desorganizava todos que estavam à sua volta. Pensando nisso, combinamos com seus responsáveis que nos dias de segunda, o levasse apenas perto do horário em que o Hino acabava, e este tempo cresceria gradativamente, assim como no recreio, primeiro ele começou ficando em fila apenas 5 minutos, depois 8, depois 10, até conseguir estar junto de sua turma também nesta atividade. Além destas estratégias, utilizamos recursos visuais na construção de uma rotina, contudo, no que no caso de Igor, não surtiu muito efeito.

A partir deste momento, Igor começa a acompanhar a rotina proposta para sua turma, e seu rendimento começa a ter bons resultados. Neste contexto, onde comportamento e rotina estão organizados, começamos a ampliar os processos de alfabetização, começamos primeiro buscando compreender quais os conhecimentos e conceitos que ele já havia adquirido até aquele momento – para isso estabelecemos vínculo com a professora do ano anterior que nos

relatou que ele já conhecia as cores primárias, as vogais, e os numerais de uma dez. Realizamos algumas atividades e verificamos que realmente todos estes conceitos ele já sabia. Em conjunto com sua atual professora, estabelecemos o seguinte objetivo (de acordo com as especificidades do aluno): Igor deveria finalizar o ano escolar sabendo escrever as vogais.

Iniciamos uma série de atividades que tinha como objetivo iniciar o movimento de escrita, para isso utilizamos muita tinta, massinha, areia e alinhavo. Fazíamos as vogais de todos os jeitos, com letras vazadas para ele preencher, com giz de quadro branco para escrever no chão, e repetimos este processo durante meses. Muito nos surpreendeu, pois, além de escrevê-las, Igor passou a falar todas as vogais. O que foi muito emocionante! Conclui-se, então, o ano de 2017 com êxito, conseguimos modular seu comportamento e fazer com que ele permanecesse na sala e acompanhasse a rotina de sua turma, além disso, conseguiu escrever as vogais e fala-las.

O ano de 2018 se inicia e, junto com mais um ano letivo (Igor no segundo ano do ensino fundamental) tem-se uma nova professora e uma nova sala. Como "fruto" do que plantamos anteriormente, não tivemos dificuldades com a adaptação de Igor, sua nova rotina e nem com sua nova professora e sala – o que foi superpositivo, pois tivemos a oportunidade de trabalhar diretamente com a parte da alfabetização. Sua professora e eu estabelecemos que inicialmente a meta de Igor, levando em conta que ele já sabia as vogais e também as escrever, seria a partir daí compreender de maneira usual os encontros vocálicos e escrevê-los. Porém, seriam apenas os encontros: AI, OI, e EU. A ideia era de que Igor os utiliza também para se comunicar, cumprimentando os colegas, se reconhecendo como "EU".

Realizamos atividades para cumprir esta meta da seguinte forma, com recurso visual. Produzimos fichas onde o encontro vocálico "AI" tinha a imagem de um menino chorando, a ficha com encontro vocálico "OI" tinha uma mulher acenando, e a ficha do encontro vocálico "EU" tiramos uma foto de Igor. Todas estas tinham os encontros vocálicos escritos junto com a imagem. Utilizávamos estas fichas praticamente todos os dias, a repetição se fazia necessária para este aluno. O resultado foi rápido, o que foi motivo de grande felicidade. Quando solicitamos, Igor escrevia sem precisar de apoio os encontros vocálicos. A partir disto, passou falar "OI" de maneira usual, como quando chegava no portão no momento de entrada para cumprimentar a expectora, ou cumprimentar seus colegas. Era uma realização completa!

Além dos encontros vocálicos, foram produzidas atividades de conhecimentos matemáticos, onde considerei que Igor já tinha os conhecimentos prévios dos numerais de 1 ao 10. Sendo assim, como objetivo buscou-se a relação número com a quantidade. A principal atividade utilizada para isto foi um potinho, onde havia uma ficha com um numeral e ele precisava inserir o número de bolinhas que condizia com o respectivo numeral. Foi um sucesso! Igor adorava realizar esta atividade e em pouco tempo conseguiu compreender seu conceito. Conclui-se então o ano de 2018 com estas conquistas notórias. Porém, é preciso dizer que nesses dois anos muitos trabalhos foram realizados com este aluno, os quais é necessário destacar a importância da repetição, parceria entre professor e mediador, respeitando o tempo de cada um é muito possível alcançar nossas metas.

No ano de 2019 Igor frequentou o terceiro ano do ensino fundamental. Muitos ganhos obtivemos nos anos anteriores, fato que impulsionou a equipe pedagógica a solicitar minha participação como mediadora para criar documentos de adaptação curricular e um PEI (Plano

Educacional Individualizado) – documentos estes que nos norteiam a agir frente a este aluno até o momento, pois apesar de nestes anos termos bons rendimentos, não tínhamos nenhum material teórico que nos baseasse nesta caminhada, e isto nos deixava "sem rumo" para dar novos passos. Neste sentido, retomamos o processo de alfabetização de Igor com um novo olhar, baseados no método de alfabetização de aluno com TEA desenvolvido pela Dra. Dayse Serra, esse método foi proposto pela psicopedagoga que acompanha este aluno.

Iniciamos apresentando novamente as vogais a partir do método fonético, e em seguida os encontros vocálicos. No entanto, o que diferenciou do trabalhado pedagógico realizado anteriormente, é que Igor iniciou a relação das letras com imagens, como A de Abelha, I de Ilha, E de Elefante, por exemplo. Não foi uma tarefa difícil, pois Igor já conhecia as vogais e os encontros vocálicos. Porém era uma nova dinâmica de atividade, que muitas vezes dependia de ajuda para realiza-las (pois tratam de atividades numa perspectiva de interação individualizada), até compreender o mecanismo desta. Após concluir a etapa das vogais, iniciamos a apresentação de algumas consoantes, sempre as relacionando com imagens que iniciam com a letra indicada.

O ano de 2019 foi finalizado com êxito, o que foi motivo de muita alegria para a equipe pedagógica, família e mediadora. Igor conseguiu cumprir todas as metas individuais estabelecidas para aquele ano e também demonstrou constante interesse pelas atividades propostas – vale lembrar que anteriormente as atividades não prendiam sua atenção – além disso, nos surpreendeu quando demostrou conseguir ler inúmeras palavras.

A partir dos aspectos aqui abordados, é importante destacar a necessária parceria entre professor e mediador. Obtivemos êxito em diversas atividades por conta dessas parecerias, ambos produzindo atividades e buscando o melhor para este aluno. Ou seja, mesmo estando ciente do meu papel como mediadora – sem responsabilidade com a parte pedagógica – a partir da minha experiência pude ver o quanto o envolvimento do mediador contribui no processo de ensino e aprendizagem do aluno com TEA.

CONSIDERAÇÕES FINAIS: o TEA mediante o auxílio do mediador – qualificar a mediação para qualificar a inclusão

Incialmente é preciso conceder destaque ao fato de que todo indivíduo tem o direito ao acesso de uma educação de qualidade, que está garantido expressivamente desde a Constituição Federal de 1988. A partir disto, se faz necessário pensar em possibilidades de garantia desta "educação de qualidade" para todos os alunos. No que diz respeito a educação e alfabetização de alunos com Transtorno do Espectro Autista (TEA), é preciso anteriormente estar ciente das especificidades destes alunos para possibilitar que esse direito seja garantido da melhor maneira possível. A Cartilha Direito das Pessoas com Autismo (2013, p. 13) afirma que,

> A educação é um direito social garantido pela Constituição Federal. Conforme a Constituição e o Estatuto da Criança e Adolescente é obrigação do Estado garantir atendimento educacional especializado às pessoas com deficiência preferencialmente na rede regular de ensino, já que toda a criança e adolescente têm direito à educação para garantir

> seu pleno desenvolvimento como pessoa, preparo para o exercício da cidadania e qualificação para o trabalho. A Lei 12.764/2012, que institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista, também reafirma o acesso à educação da pessoa com autismo, assegurando, em casos de comprovada necessidade, o direito a acompanhante especializado. A Lei ainda tratou da impossibilidade de recusa da matrícula pelo gestor ou autoridade escolar, que poderá ser punido com multa ou, em caso de reincidência, com a perda do cargo.

Seguindo essas ideias, primeiro, precisamos estar cientes das características, pelo menos, gerais deste transtorno. O Transtorno do Espectro Autista passou a ser reconhecido e visibilizado por volta de 1943, através de estudos de um psiquiatra chamado Leo Kanner. Porém, no decorrer da história, com base em pesquisas científicas o TEA foi apresentado com diferentes compreensões, por sua complexidade, e por suas diferentes características e graus de comprometimento. Complexidade esta que o transtorno passou a ser visto como diverso em seus diferentes casos. De acordo com a DSM-V (O Manual de Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais), o TEA é definido por uma série de mudanças ocorridas precocemente, podendo ser diagnosticados antes mesmo dos três anos de idade, tendo como características desvios quantitativos e qualitativos que afetam a comunicação, interação social e o comportamento. A Cartilha Constitucional de João Pessoa (2017, p. 4), nos dá melhor definição:

> O Transtorno do Espectro Autista se caracteriza, principalmente, por provocar dificuldades na interação social e na comunicação, comportamentos repetitivos e interesses focalizados muito específicos, podendo haver também desmodulação sensorial (grande sensibilidade a cheiros, sons, luzes, texturas e sabores). É importante ressaltar que ter TEA não significa que a pessoa apresentará todos esses aspectos juntos, nem com a mesma intensidade.

Em casos em que a comunicação do indivíduo é afetada, este pode se tonar verbal, ou não. Podendo haver casos de ecolalia (repete frases, ou palavras que escuta, normalmente de desenhos da TV), de fato a barreira da comunicação é um dos desafios mais frequentes encontrados nos casos de TEA. Seu comportamento pode ser afetado por possuir dificuldades na interação ou comunicação, além de encontrar dificuldades de administrar os estímulos recebidos, fora isto pode apresentar também dificuldades com quebra de uma rotina já estabelecida, além de apresentar movimentos estereotipados e frequentes. Com relação a interação social, pessoas com TEA costumam se isolar, isto acontece por diversos fatores, dentre eles, a dificuldade de se expressar e se fazer entender, além da falta de compreensão em expressões faciais, outro aspecto também é a dificuldade de compartilhar seja interesses ou dificuldades, além de muitas vezes não se envolver emocionalmente com o outro. No entanto, vale ressaltar que estas características não se apresentam em todos os casos, nem na mesma intensidade, por isto a complexidade de se compreender especificamente o que o TEA. Não existe um único exame para se diagnosticar o TEA. O diagnóstico vem por meio de

uma avaliação multidisciplinar, e o quanto antes diagnosticado melhor resultado nos desenvolvimentos dessas habilidades que podem ter prejuízo.

Para alunos que se enquadram no caso de TEA, é fundamental que este aluno tenha acesso a adaptações curriculares, além da possibilidade de uma avaliação de desenvolvimento, para que melhor ocorra a formulação destas adaptações, buscando sempre atender as demandas específicas apresentadas. Esta avaliação pode ser feita em conjunto com os profissionais que acompanham este aluno contanto principalmente com o apoio do mediador e professor. Neste sentido o mediador tem papel fundamental, pois o mesmo atua cotidianamente e com muita proximidade do aluno, o que gera possibilidade de perceber o que 'funciona' ou não, além de poder sugerir metas, criar contextos que favoreçam a relação professor e aluno. No entanto, algo que é recorrente é de que após observar em alunos as características explicitas aqui, muitos professores argumentam a dificuldade de realizar o processo de ensino e aprendizagem em caso de alunos com TEA, além de reduzirem a aprendizagem a apenas a aspectos de convivência, deixando de lado as adaptações curriculares, isto porque muito professores não sabem quais alternativas tem para que alfabetização seja feita, nestes casos, o que muitas vezes levam os professores a realizarem atividades e métodos realizados com os demais alunos típicos. Como afirma Dayse Serra (2018, p.24): "Quando ocorre a tentativa de alfabetização, o aluno com TEA é exposto ao mesmo método e etapas trabalhados com a turma, sem diferenciações que possam se adequar às características desse estudante, pelas razões já exposta".

No entanto, precisamos refletir que a "culpa" não está no professor, mas sim todo o processo de construção da inclusão, que por muitas vezes ainda não se estabeleceu em diversas escolas. De fato, outro aspecto que influencia fortemente é formação profissional destes professores, evidentemente que uma graduação não dará conta por si só a demanda diversa que a educação propõe, por isto a necessidade tamanha de se pensar em formação continuada para estes profissionais. Neste sentido, o mediador tem também papel fundamental neste processo, servindo de auxiliador para o professor.

Tal parceria pode vislumbrar as especificidades do aluno com TEA, principalmente no que diz respeito a comunicação, interação social e comportamento, por ser a pessoa com maior contato e troca com este aluno. Além de ter a possibilidade de desempenhar a função principal de modular comportamentos inadequados, de estabelecer uma relação de confiança entre aluno e mediador, a fim de antecipar medidas que evitem estes comportamentos que por vezes podem ser acompanhados de agressividade. Além disto, poderá ser a ponte de interação entre este aluno e professor, e também com os demais alunos da classe, o que pode gerar evidentes ganhos para o processo de alfabetização deste aluno. Com isto, o mediador tem a possibilidade de auxiliar na produção de conteúdos e na formulação de uma Adaptação Curricular e um Plano Educacional Individualizado (PEI), tendo em vista que com o auxílio da mediação demandas comportamentais, de comunicação e interação, o processo de alfabetização torne-se possível.

Deste modo é possível compreender também, através dos relatos já colocados aqui, que o mediador tem papel essencial no cotidiano dos alunos atendidos, e que seu trabalho pode influenciar positivamente, trazendo importantes ganhos para o processo de ensino e aprendizagem dos alunos com TEA. Além de ser um "termômetro" para identificar como este

aluno está ou não, pode possibilitar a criação de uma ponte entre professor e aluno, e os demais colegas. Fato é que, o mediador tem toda a possibilidade de ser um agente de bons resultados, e não necessariamente precisa estar preso às especificidades de seu cargo, podendo ir muito mais além, e fazendo a diferença na vida intelectual, afetiva e comportamental do aluno atendido.

Conclui-se então que, as demandas da educação inclusiva são diversas, e não são entregues aos profissionais da área como algo pré-estabelecido, como uma receita de bolo. No entanto, é algo que se constrói e tem por base o respeito e empatia, dando lugar a todos, buscando sempre o acesso e permanência para além da diferença. Porém falta-lhes o preparo para que isto ocorra. Com isto, se faz necessário pensar a possibilidade de uma formação continuada, aqui em especial para mediadores, além de repensar em todo o sistema de ensino que ainda apresenta muitas falhas. Contudo, o que se quer é, ao mesmo tempo reforçar que a função do mediador – a qual é necessário maior reconhecimento e valorização de sua função – não está na responsabilidade da alfabetização ou relacionada aos aspectos pedagógicos, mas reconhecer o fato de que quando o mesmo pode (ou desejar) contribuir com esse processo, são inegáveis as vantagens no ensino, aprendizagem e desenvolvimento do aluno com TEA. Para tanto, as ideias desse trabalho culminam na preocupação necessária: a formação desse profissional que, sendo proposta e disponibilizada nos espaços escolares, não só contribui para a aprendizagem e desenvolvimento do aluno, mas do processo de inclusão como um todo.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Declaração de Salamanca:** Sobre princípios, políticas e práticas em educação especial, 1994.

BRASIL. **Programa de Capacitação de Recursos Humanos do Ensino Fundamental**: Educação Especial- Cadernos de Estudo. Secretaria de Educação Especial- SEESP, Rio de janeiro: Série Atualidades Pedagógicas, 1998.

BRASIL. **Decreto n° 7.611, de 17 de novembro de 2011**. Dispõe sobre a educação especial, o atendimento educacional especializado e dá outras providências. Brásilia 2011. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2011/Decreto/D7611.htm. Acesso em: 29 de novembro de 2018.

BRASIL. **Cartilha direitos das pessoas com autismo**. Edição para Rio Grande do Sul, 2013. 3-13.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo.** Lisboa: Edições 70 Ltda, 2011.

CARVALHO, R. E. **Educação inclusiva**: com os pingos nos is. Porto Alegre: Mediação, 2005.

GIL, M. **Educação inclusiva:** o que o professor tem a ver com isso? Universidade de São Paulo, 2005.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6.ed. São Paulo: Atlas, 2011. 200 p

MARCONI, M. de A. LAKATOS, E. M. **Metodologia Científica.** 5ª ed. São Paulo: Atlas, 2011.

MOUSINHO, R. Mediação escolar e inclusão: revisão, dicas e reflexões. **Revista Psicopedagogia.** São Paulo, v.27, 2010.

OLIVEIRA, L. de F. M. de. **Formação docente na escola inclusiva:** diálogo como fio tecedor. Porto Alegre: Mediação, 2009.

RIBEIRO, E. A. A perspectiva da entrevista na investigação qualitativa. **Evidência:** olhares e pesquisa em saberes educacionais, Araxá/MG, n. 04, p.129-148, maio de 2008.

SCHREIBER, D. V. F. A. Política educacional, trabalho docente e alunos da modalidade educação especial: um estudo nos anos iniciais do ensino fundamental. **Dissertação de Mestrado.** Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2012.

SERRA, D. **Alfabetização de alunos com TEA**. 1 ed. Rio de Janeiro: E-NUPPES, 2018.

SILVA, M. O. E. da. Da exclusão à inclusão: Concepções e práticas. **Revista Lusófona de Educação**, 2009. 13.135-153.

SILVA, K. F. W.; MACIEL, R. V. M. Inclusão escolar e a necessidade de serviços de apoio: como fazer? **Revista Educação Especial**, Santa Maria, p. 107-115, 2011.

UNESCO. Coordenadoria Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência (CORDE). **Declaração de Salamanca de princípios, política e prática para as necessidades educativas especiais.** Brasília: CORDE, 1994.